

O visual law (direito visual) tem o objetivo de combater a desinformação legal dos principais consumidores e destinatários das normas legais: os cidadãos.

Assim, tomando essa ideia como um ponto de partida, a instituição do **visual law** possui um [processo de design](#) e linguagem centrado na população de modo geral.

MAS O QUE É O DIREITO VISUAL?



O visual law se refere à prática de ilustrar casos, fluxogramas e apresentações gráficas claras, digeríveis, que dizem respeito sobre situações humanas que têm relação direta com a legislação.

A intenção da prática ilustrativa e linguística decorre do fato de que as pessoas não só precisam ter acesso às leis e aos documentos jurídicos, mas também precisam compreender os conteúdos inseridos naqueles documentos.

Assim, para alcançar esse objetivo, são utilizadas técnicas de linguagem simples e design de informações que são projetadas de uma forma que melhore a compreensão da lei pelo cidadão comum.

DESIGN GRÁFICO NO DIREITO VISUAL

É por meio do design de informações que são criadas propostas para implementá-lo. Nele, são utilizadas técnicas como tipografia, fotografia, iconografia e ilustração.

Sendo assim, o design de informações é uma área específica de design gráfico relacionada à exibição de informações de forma lógica e simples e não apenas preocupada com a estética, para que todos possam entendê-la de forma eficiente e eficaz.

Nesse sentido, o [design de informações](#) se relaciona diretamente com a prática e os objetivos do direito visual.

A LINGUAGEM NO DIREITO VISUAL

De acordo com as técnicas aplicadas no direito visual, a linguagem deve ser simples, uma vez que está projetada para fazer com que o leitor entenda um texto com mais rapidez e facilidade.

Além disso, a organização das informações deve ocorrer de forma lógica, ou seja, agrupando tópicos relacionados e seguindo uma ordem cognitiva.

Unindo o design e a **linguagem acessível**, ou melhor, por meio de um processo de design e linguística centrado no cidadão é que o direito visual conseguirá alcançar seus objetivos.

VISUAL LAW NA PRÁTICA

[Para colocar essa teoria em um exemplo](#), podemos nos referir ao excelente trabalho que está sendo feito pelo Centro de Pedagogia Urbana (a “CUP”) em Nova York.

Sabe-se que a CUP está conduzindo um projeto chamado “Making Policy Public”, que inclui uma série de cartazes que visam tornar públicas informações sobre políticas verdadeiramente públicas: de **fácil compreensão**, acessíveis, significativas e compartilhadas.

No exemplo clássico do direito visual consiste no cartaz amplamente divulgado para ajudar os jovens a navegar no labirinto do sistema de justiça juvenil de Nova York.

Com o seguinte título: “I got arrested! Now what?” , o cartaz possui todos os passos, de forma estruturada, clara e simples, que um cidadão deve seguir ao ser preso.

Em conclusão, o desafio de tornar a lei mais compreensível e acessível à sociedade resultará em um benefício global:

- as pessoas serão mais atraídas a conhecer a legislação
- o conhecimento dos deveres e obrigações aumentará
- o governo economizará tempo e dinheiro gastos no combate ao descumprimento da lei
- haverá uma contribuição valiosa para a inclusão social.

Compreendeu as principais noções acerca do **visual law**? [Continue acompanhando nosso blog e siga nosso Instagram para mais conteúdos.](#)